



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2016

PROVA OBJETIVA – DIREITO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Sobre a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Legislativo não é considerado um Poder da União;
- b) Um dos objetivos da República Federativa do Brasil é construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- c) Todo poder emana do Povo, mas este só poderá exercê-lo de forma indireta;
- d) A Dignidade da Pessoa Humana não é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil;
- e) A Cidadania constitui um dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

2. De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Homens e Mulheres são iguais apenas em obrigações, mas não em direitos;
- b) O tribunal do juri não foi reconhecido pela Constituição de 88;
- c) Poderá ser aplicada no Brasil a pena de prisão perpétua;
- d) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante
- e) O preso não poderá ser informado de seus direitos.

3. Considerando o que a Constituição Federal de 88 dispõe sobre a Administração Pública e o Poder Judiciário, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o direito de greve do servidor público será exercido nos termos e nos limites definidos em

lei específica;

b) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos de professor;

c) Entre os órgãos do Poder Judiciário, estão o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os Tribunais Regionais Federais;

d) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

e) Um quinto das vagas nos Tribunais Regionais Federais será reservado exclusivamente a membros do Ministério Público Federal.

4. Sobre o Ministério Público brasileiro e as Funções Essenciais à Justiça dispostas na Constituição de 88, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Indivisibilidade não é um princípio do Ministério Público;
- b) O advogado é dispensável à administração da Justiça;
- c) Entre as funções do Ministério Público, está a de promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- d) O ingresso na carreira do Ministério Público se dará por indicação, nunca por concurso;
- e) O membro do Ministério Público será estável após 5 anos de exercício do cargo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

5. Sobre os Princípios Básicos da Administração, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Mesmo havendo o princípio da Eficiência,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2016

PROVA OBJETIVA – DIREITO

nenhum servidor poderá ser demitido se não cumprir suas obrigações legais;

b) O princípio da Moralidade não está entre aqueles estipulados expressamente na Constituição;

c) Pelo princípio da Legalidade, o Administrador somente poderá fazer o que a Lei permite;

d) São princípios da Administração Pública, expressamente previstos na Constituição de 88, a Legalidade, a Publicidade e a Probidade;

e) O princípio da Publicidade é absoluto, devendo todo e qualquer ato do Poder Público ser devidamente levado ao conhecimento dos cidadãos em geral.

6. Sobre os Poderes e os Atos Administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

a) O Poder Discricionário não confere ao Administrador qualquer liberdade de escolha, já que a lei já estipula todos os requisitos necessários à prática do ato administrativo;

b) O Poder de Polícia garante que o Administrador Público possa aplicar a devida punição a um servidor a ele subordinado;

c) Os Atos Administrativos, em regra, não são autoexecutáveis;

d) São considerados Atos Administrativos Imperfeitos aqueles que já possuem todas as condições de produzir plenamente seus efeitos, desde a sua formação;

e) O Ato Administrativo Simples é aquele que resultou da manifestação de um único órgão.

7. No que diz respeito à Responsabilidade Civil do Estado e aos Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Em regra, o Estado será responsável objetivamente por danos que seus agentes

causarem;

b) São requisitos básicos para investidura em cargo público, entre outros, a nacionalidade brasileira e a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

c) A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público;

d) O servidor público nunca poderá se ausentar do serviço, mesmo com autorização do chefe;

e) Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

8. Sobre a Lei de Licitações (L. 8.666/93) e a Lei de Improbidade Administrativa (L. 8.429/92), assinale a alternativa INCORRETA:

a) Reputa-se agente público todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior;

b) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa (LIA) podem ser propostas até quinze anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

c) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio;

d) As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado;

e) São modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2016

PROVA OBJETIVA – DIREITO

DIREITO PENAL

9. O princípio do direito penal, que é tido como uma garantia essencial aos direitos humanos, devendo ser assegurado em um estado democrático de direito, conhecido pela expressão em latim *nullum crimen nulla poena sine lege*, significa que:

- a) o crime hediondo deve ser punido mesmo sem a existência de lei específica.
- b) o crime realizado sob a regência do devido processo legal deve ser anulado.
- c) não há delito e nem pena sem prévia cominação legal.
- d) nulo o crime e nula pena sob a lei vigente.
- e) a lei penal não deve retroagir, a não ser para punir o réu.

10. Léia pratica atos de execução do crime de homicídio contra Luke. No entanto, antes de Luke morrer, Léia impede que o resultado se produza. A conduta descrita configura:

- a) arrependimento eficaz.
- b) desistência voluntária.
- c) arrependimento ineficaz.
- d) desistência involuntária.
- e) tentativa.

11. A contravenção penal se diferencia do crime:

- a) pelos requisitos objetivos e subjetivos da infração.
- b) pela espécie de pena imposta.
- c) pela capacidade psicológica do agente.
- d) pela natureza entre as infrações penais.

e) nenhuma das alternativas.

12. Para que fique caracterizado o crime de associação para a prática de tráfico ilícito de entorpecentes (art. 35 da Lei nº 11.343/06), exige-se:

- a) a associação de mais de três pessoas.
- b) a associação de, no mínimo, duas pessoas.
- c) a associação de mais de quatro pessoas.
- d) a associação de mais de cinco pessoas.
- e) a associação de mais de seis pessoas.

13. Anakin, em estado de necessidade, para saciar sua fome e de sua família, composta por esposa e dois filhos, abateu animal da fauna amazônica. Segundo a Lei Federal nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, tal fato

- a) é tipificado como crime, sendo a ação penal neste caso pública condicionada à representação.
- b) é tipificado como crime, sendo a situação descrita como circunstância atenuante da pena.
- c) é tipificado como contravenção penal.
- d) não é considerado crime.
- e) é tipificado como crime, sendo a ação penal neste caso pública incondicionada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

14. De acordo com o Código de Processo Penal, do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para:

- a) juiz criminal



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2016

PROVA OBJETIVA – DIREITO

- b) procurador da república
- c) procurador do estado
- d) chefe de polícia
- e) delegado de polícia

15. Nos crimes de ação pública o inquérito policial NÃO será iniciado:

- a) por requisição da autoridade judiciária
- b) por requisição do Ministério Público
- c) a requerimento do ofendido
- d) de ofício
- e) a requerimento do infrator

16. O juiz poderá determinar a produção de outras provas, como, por exemplo, ouvir testemunhas não arroladas no momento adequado, a fim de dirimir dúvida sobre ponto relevante e, assim, formar seu convencimento acerca dos fatos, tal assertiva encontra respaldo no:

- a) princípio da motivação
- b) princípio do contraditório
- c) princípio da verdade real
- d) princípio da obrigatoriedade
- e) princípio do juiz natural

17. Da decisão que não receber a denúncia caberá:

- a) apelação
- b) carta testemunhável
- c) recurso em sentido estrito
- d) agravo
- e) correição parcial

18. Determinará a competência jurisdicional, EXCETO:

- a) domicílio ou residência da vítima
- b) lugar da infração
- c) natureza da infração
- d) prevenção
- e) conexão ou continência

DIREITO CIVIL

19. No que se refere à capacidade, observado o disposto no atual Código Civil, são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, EXCETO:

- a) Os ébrios habituais;
- b) Os viciados em tóxicos;
- c) Os menores de 16 (dezesesseis) anos;
- d) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;
- e) Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

20. De acordo com o atual Código Civil, assinale a opção que NÃO corresponde a pessoa jurídica de direito público interno:

- a) O Distrito Federal;
- b) A União;
- c) As autarquias;
- d) Os Territórios;
- e) As fundações.

21. À luz do atual Código Civil, são considerados bens móveis, EXCETO:

- a) O direito à sucessão aberta;
- b) As energias que tenham valor econômico;
- c) Os direitos reais sobre objetos móveis;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2016

PROVA OBJETIVA – DIREITO

- d) As ações correspondentes aos direitos reais sobre objetos móveis;
- e) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

22. De acordo com o atual Código Civil, NÃO é nulo o negócio jurídico quando:

- a) For ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;
- b) Não revestir a forma prescrita em lei;
- c) Tiver por objetivo fraudar lei imperativa;
- d) Celebrado por pessoa absolutamente capaz;
- e) O motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

23. Observado o novo Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

- a) Para a ação que verse sobre direito real imobiliário, em qualquer hipótese, é necessária a citação de ambos os cônjuges;
- b) A falta de consentimento do cônjuge, quando necessário e não suprido pelo juiz, invalida o processo;
- c) Em Juízo, a massa falida é representada pelo administrador judicial;
- d) Quando o inventariante for dativo, os sucessores do falecido serão intimados no processo no qual o espólio seja parte;
- e) A sociedade ou associação sem personalidade jurídica não poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.

24. Assinale a alternativa CORRETA, à luz do novo Código de Processo Civil:

- a) Os atos processuais são sempre públicos;
- b) O terceiro que demonstrar interesse jurídico pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença;
- c) Não se admite, em nenhuma hipótese, que o juiz e as partes fixem calendário para a prática dos atos processuais;
- d) Em relação aos atos e termos do processo, há exceção quanto à obrigatoriedade do uso da língua portuguesa;
- e) O documento redigido em língua estrangeira poderá ser juntado aos autos desacompanhado de versão para a língua portuguesa.

25. De acordo como o novo Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar:

- a) Os pronunciamentos do juiz consistirão tão somente em sentenças e decisões interlocutórias;
- b) A assinatura dos juízes, em todos os graus de jurisdição, pode ser feita eletronicamente, na forma da lei;
- c) A parte é obrigada a rubricar as folhas correspondentes aos atos do processo em que intervier;
- d) Não há previsão legal para a elaboração de termo de juntada;
- e) É admitida a ocorrência de espaços em branco nos atos processuais, em observância ao estilo de quem os elabora.

26. Dispõe o novo Código de Processo Civil que são cabíveis os seguintes recursos, EXCETO:

- a) Recurso ordinário;
- b) Embargo de declaração;
- c) Recurso especial;
- d) Apelação;
- e) Embargo infringente.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO
CONCURSO 2016

PROVA OBJETIVA – DIREITO

LÍNGUA PORTUGUESA

27. Acerca da concordância, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I. Os estudantes de medicina fazem os exercícios com dedicação e empenho.
II. A maioria dos estudantes de engenharia estavam na sala de aula.
III. A estudante tem muita força de vontade.
IV. Há uma hora e meio o curso se encerrou.

- a) todas estão corretas
b) somente III está correta
c) todas estão incorretas
d) somente I e III estão corretas
e) somente I está correta

28. Assinale a alternativa em que o acento indicador de crase foi utilizado CORRETAMENTE:

- a) Não temos nada à declarar, senhores.
b) Não se deve dar atenção à observações destrutivas.
c) Casarão cede lugar à edifício.
d) A secretária referia-se à pasta desaparecida.
e) Tomou remédio gota à gota.

29. Assinale a alternativa em que a ortografia NÃO está de acordo com a norma gramatical:

- a) contrarrazões
b) contrafé
c) boa fé

- d) sobrestamento
e) má-fé

30. Assinale a alternativa CORRETA quanto à concordância verbal:

- a) A quem pertence essas terras?
b) Não faltaram pessoas para ajudar.
c) Os autos foi concluso.
d) O processo são caminhos imprevisíveis.
e) Vocês não precisa de nada.

RASCUNHO				
1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27	28	29	30